

O fechamento de turmas que não conseguiram o número de alunos definido pela PUC-SP continua conturbando o início do ano letivo. Vários foram os protestos de alunos que tiveram seus cursos ou turmas fechados, o que obrigou uma reunião entre a Fundação São Paulo e os diretores de Faculdade.

Segundo relatos colhidos pelo *PUCviva* foram muitas as reclamações dos diretores em relação aos dados fornecidos pela SAE. Várias turmas foram fechadas antes mesmo da consolidação de dados referentes ao número de alunos. Essa situação obrigou a um adiamento da chamada certificação de contratos, ou seja a atribuição do número de horas contratuais de cada docente. Outra reclamação referiu-se a pouca confiabilidade destes números, uma vez que eles são alterados a cada dia, o que justificou a reabertura de algumas turmas, segundo os diretores.

Em alguns cursos como Fonoaudiologia, que teve abertas as turmas no primeiro ano, o simples fechamento de classes poderia redundar em sérios prejuízos a alunos de outros semestres que precisam de disciplinas específicas para concluir seu curso por isso as turmas de primeiro ano deverão funcionar. Outro problema apontado por estudantes e professores foi a falta de distribuição de salas de aula em diversas disciplinas.

Após a graduação também enfrenta sérios problemas com a indefinição no fechamento de turmas

## FECHAMENTO DE TURMAS, ALUNOS SEM SALA, REDUÇÃO DE CONTRATOS... MAIS UM INÍCIO DE SEMESTRE TUMULTUADO



Alunas de Fisioterapia protestam no campus Monte Alegre

e conseqüentemente a elaboração dos contratos docentes. Apesar de todos estes problemas os diretores ainda não relataram casos de demissão, mas não foram poucos os casos de redução de contratos. Uma posição mais clara deverá acontecer nas próximas semanas quando todas as turmas forem definidas.

### PROTESTOS DOS ESTUDANTES

Vários cursos que não tiveram turmas abertas fizeram manifestações de protesto no campus Monte Alegre. O *PUCviva* recebeu informes dos alunos do curso de Fisioterapia de Barueri. Os estudantes, além de procurar divulgar o curso à co-

munidade, reivindicavam que o limite mínimo de alunos para a abertura de novas turmas voltasse ao número de 15. A manifestação envolveu panfletagem, cartazes com mensagens de crítica à postura daqueles que coordenam os cursos. Também circulou um abaixo assinado solicitando que o curso seja oficializado. Ao final do protesto foi entregue, junto ao Consad, uma carta aos cuidados do reitor Dirceu de Mello que prometeu avaliar o caso junto à diretoria da Faculdade.

O curso de Fonoaudiologia também protestou com cartazes nos prédios novo e velho. Um deles dizia "Fono 5 estrelas mas nenhum *bixo*." Nesta edi-

ção também publicamos uma carta dos alunos da FEA protestando contra a situação.

### REUNIÃO DA APROPUC

A diretoria da APROPUC também reuniu-se com a Fundação São Paulo na semana passada e, entre outros assuntos, discutiu a situação caótica em que o semestre começou. A APROPUC reforçou a sua posição de que o fechamento de turmas não deveria ocorrer antes da realização de vestibulares complementares ou inscrições provenientes de transferência e que fossem preservados os primeiros anos onde os veteranos precisem cursar a disciplina. Também foi reforçada a necessidade de manutenção de preços menores aos praticados hoje para cursos de menor procura, além da realização de estudos mais profundos nos órgãos colegiados sobre os reais motivos da diminuição do número de alunos na universidade.

Outra crítica refere-se à subordinação hoje existente na PUC-SP entre o acadêmico e a informática, que determina os principais caminhos da vida do professor. Os diretores da entidade lembraram da necessidade de um planejamento de calendário que contemple tanto a graduação como a pós especialmente no tocante a novas inscrições e transferências.

A APROPUC deverá se reunir nesta semana novamente com a Fundação São Paulo e a Reitoria para tratar da renovação do Acordo Interno de Trabalho.

## EDITORIAL

## Direito de greve dos policiais

A greve da polícia do Estado da Bahia reacendeu a discussão se esse segmento deve ter o direito de greve. A intervenção da União com as Forças Armadas, Força Nacional de Segurança e Polícia Federal colocou frente a frente corporações armadas. O que expressou um começo de crise institucional. A greve deveria ser contida não por uma solução negociada, mas pela derrota do movimento mediante o cerco de uma força mais poderosa.

A presidente Dilma Rousseff atendeu prontamente ao pedido do governador petista, Jacques Wagner, de federalizar o conflito. A ação militar contra a greve se deve a que a PM é o braço armado do governo estadual. É com esse braço que se combate as greves operárias, se faz a reintegração de posse contra as famílias de sem-teto, contra os sem-terra etc.

Os policiais, ao usarem a greve para se defenderem dos baixos salários, recorrem a uma forma de ação que vem da classe operária. Não esqueçamos que a greve é um método de luta criado espontaneamente pelo proletariado, logo no início de sua existência no século XIX. A polícia, opostamente, serve para o Estado e a burguesia combaterem a insubordinação dos explorados. Sendo assim, é previsto pelo ordenamento jurídico que a PM não pode fazer greve. Não lhe é facultado esse direito.

Imediatamente, a Justiça baiana considerou ilegal a paralisação e a União interveio. Dilma Rousseff desengavetou o projeto de lei antigreve endereçada ao funcionalismo. Diz o noticiário que sua intenção, desta vez, é de levá-lo ao Congresso para aprová-lo. Mas no caso da polícia se argumentou que não é preciso esse estatuto legal, uma vez que constitucionalmente está proibida.

Ocorre que não há direito de greve de fato para nenhum assalariado. O Estado de Direito que sucedeu a ditadura militar assegura apenas o direito de propriedade e de exploração capitalista do trabalho. O direito de greve não passa de uma máscara para a burguesia e seus porta-vozes fundamentarem o Estado de Direito. No caso dos

policiais, não é preciso de nenhum rótulo, simplesmente são proibidos. E quem garante a proibição são as Forças Armadas e outros aparatos da federação. Assinalemos que foi Lula quem criou a Força Nacional de Segurança, cuja estreia contra as greves operárias se deu em Jirau (RO).

Embora os policiais sabiam que enfrentarão esse poder, recorrem à greve. E por quê? Porque seu soldo, pago na forma de salário, não lhes permite sobreviver de acordo com as exigências sociais do capitalismo. Nisso os policiais se igualam aos demais explorados. Não cometemos a insensatez de transformar os policiais em trabalhadores. Exercem uma função improdutiva a serviço do Estado. Conforme o sistema social vai se desintegrando sob o impacto da exploração do trabalho produtivo e da brutal acumulação de riqueza, mais o Estado necessita ampliar suas funções parasitárias, entre elas o aparato policial. Por isso, segurança é um tema político-eleitoral mais sensível que saúde e educação, já que atinge a classe média.

Porém, o Estado não tem como inchar seu braço armado sem deixar de arrotar os soldos dos policiais. Não é preciso adentrar às consequências como corrupção, violência, etc. De forma que as famílias dos policiais passam a viver o drama das famílias operárias e de classe média baixa. É dessa contradição que se coloca o direito dos policiais de realizarem assembleias, fazerem greve, irem às ruas, ocuparem dependências públicas. E somente nessa medida os sindicatos e centrais devem apoiar o movimento de policiais.

A população pobre tem horror à polícia, que serve à política de segurança apoiada na violência e no terror policial, mas deve apoiar sua greve quando for pelo direito de sobrevivência de suas famílias. Nesse sentido, condenamos a ação do governo de Jacques Wagner e de Dilma de não atenderem às reivindicações vitais dos grevistas e partirem para o cerco militar.

Diretoria da APROPUC

## Rede volta a se reunir e denuncia ameaças a indígenas

Após o período de férias, a Rede de Proteção a Militantes Ameaçados de Morte voltou a se reunir no dia 8/2. Durante a reunião, os militantes que participaram da Expedição Marco Verón fizeram um extenso relato da situação dos indígenas no Mato Grosso do Sul.

Entre os dias 10 e 25/1, profissionais e militantes de diversas áreas percorreram parte do território Guarani-Kaiowá, visitando sete aldeias que sofrem com maior intensidade a pressão do agronegócio e a falta de demarcação de terras indígenas. Os principais problemas relatados para os indígenas na região foram em relação à violência e às ameaças de morte constantes, despejos violentos, demora no processo de demarcação de terras, avanço do agronegócio sobre terras indígenas, alta taxa de mortalidade

infantil e fome.

O grupo da Expedição agora está concluindo um relatório com todas as denúncias de violações aos direitos humanos, que deverá ser lançado em São Paulo, Brasília e Mato Grosso do Sul. Também será produzido um documentário com a série de imagens colhidas durante a viagem.

Durante a reunião também foi informado que o quilombo-la Manuel do Charco, sofreu um atentado no estado do Maranhão.

O militante, que esteve presente ao ato realizado no TUCA em 2011, foi eliminado do programa de proteção a defensores de direitos humanos ameaçados de morte do governo federal. O programa tem sofrido muitas críticas por se mostrar pequeno e ineficiente em relação a demanda.

## Indígenas protestam no Panamá

A luta dos indígenas, seja pela demarcação ou preservação de suas terras, não acontece apenas no Brasil. No Panamá indígenas estão por todo o país se mobilizando. Os conflitos entre indígenas e autoridades começaram a cerca de duas semanas, após o protesto de diversos movimentos sociais contra a decisão do parlamento panamenho de permitir a exploração de cobre e a construção de hidrelétricas na comarca Ngäbe

Buglé, descumprindo compromisso firmado para proteger os territórios indígenas.

Houve conflito entre os manifestantes e a polícia, resultando em diversos feridos e duas mortes. Os manifestantes bloquearam com árvores e pedras várias rodovias do país. Entre as exigências estão não apenas a revogação da decisão como também atendimento médico aos feridos e não criminalização dos manifestantes.

**PUCViva** Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

**Apropuc:** Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

**Atapuc:** João Ramalho 182, 7º andar - Fone: 3670-3391.

**PUCViva:** 3670-3391 - **Correio Eletrônico:** [pucviva.jornal@uol.com.br](mailto:pucviva.jornal@uol.com.br) - **PUCViva na Internet:** [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br)

**Editor:** Valdir Mengardo

**Reportagem:** Caio Rubens Zinet, Marina D'Aquino e Ana Carolina Andrade

**Fotografia:** Marina D'Aquino

**Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

**Conselho Editorial:** Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischardt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

# CCA prepara calourada unificada para recepcionar novos estudantes

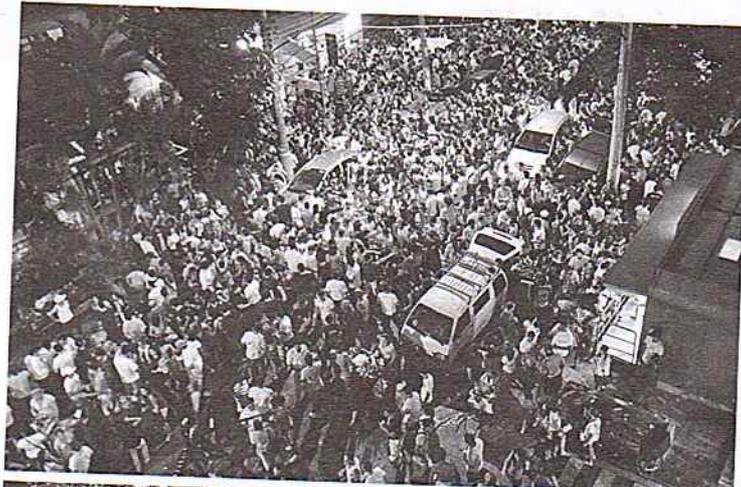
O Conselho de Centros Acadêmicos (CCA), que reúne diversos centros acadêmicos e grupos estudantis da PUC-SP, está preparando uma programação de recepção aos novos estudantes da universidade entre os dias 27/2 e 2/3. A primeira atividade será um debate sobre conjuntura internacional com os professores José Arbex Jr., do Departamento de Jornalismo, Áquilas Mendes e Carlos Eduardo, ambos da Economia, e com o jornalista formado pela PUC-SP, Fábio Nassif. O debate acontece no dia 27/2, às 19h, em local a ser definido.

No dia seguinte, 28/2, o tema em debate será a educação brasileira. Os professores da PUC-SP, João Machado, de Economia, Ademir Alves da Silva, de Relações Internacionais, em conjunto com representantes do ANDES e da Oposição da Esquerda da APE-OSP debaterão o tema a partir das 19h, também em local a ser definido.

Além dos debates serão realizadas diversas outras atividades interativas, com um caráter mais descontraído. A intenção da calourada é aproximar o estudante do ambiente universitário mostrando também as suas debilidades.

## ATIVIDADES NOS CURSOS

Diversos cursos realizaram atividades específicas em seus cursos durante a primeira semana de aula. O Centro Acadêmico Benevides Paixão, no dia 7/2, realizou uma apresentação dos cursos de Multimeios e Jornalismo. Já no dia 9/2



À esq. vista da Rua Ministro de Godoy tomada pelos estudantes. Abaixo à esq., calouras do curso de letras, e à dir. estudantes em piscina improvisada em frente ao CAFIL.



FOTOS: MARINA DIAGUINO

foram realizadas as seguintes palestras: "Horizontes de um novo jornalismo", "Processos de criação nas mídias", e "O acesso à informação e a imprensa alternativa". O curso de Serviço Social também realizou atividades para recepcionar os novos estudantes, onde foram realizados diversos debates que discutiram a formação em Serviço Social.

## TROTE

Como de costume, o pri-

meiro dia de aula na universidade foi de intensa movimentação com trotes violentos e opressores. Além de meninas serem obrigadas a desfilarem para pedir dinheiro em semáforos, calouros foram obrigados a ingerir bebidas alcoólicas e a participar de atividades humilhantes.

Segundo Hélio Deliberador, pró-reitor de Cultura e Relações Comunitárias, a reitoria procurou realizar ações para minimizar os danos causados pelo calor, e pela inges-

tão excessiva de bebida alcoólica. Ele citou como exemplo a distribuição gratuita de água, e sorvete através de uma equipe de atores contratados pela universidade.

O ambulatório da universidade e o PAC ainda não concluíram o relatório sobre o número de atendimento, mas Deliberador afirmou que o número de atendimentos foi alto, em especial após às 21 horas, mas nenhum caso grave foi registrado.

## Decisões do Consad são adiadas para a próxima reunião

O Conselho Superior de Administração (Consad), órgão de deliberação máxima da PUC-SP, realizou sua primeira reunião do ano na terça-feira, 7/2. A reunião do Conselho não contou com a participação do conselheiro Padre João Júlio, assim diversas decisões importantes foram posterga-

das para a reunião extraordinária do dia 16/2.

As discussões que apresentariam possíveis polêmicas, como em relação ao diploma de associado para um professor da Faculdade de Direito, mensalidade do curso de Serviço Social e Comissão sobre o Contrato dos Docentes, foram adiadas.

Sem grandes debates, aprovaram-se convênios da PUC-SP com Universidades da Polônia, Alemanha e Barbados, além da Unitau (Universidade de Taubaté). A AFAPUC teve sua sala para realização de aulas de capoeira garantida, além do aumento do número de estagiários para setores como a EDUC.

## GAUCHE NA VIDA

# Crianças e adolescentes na vigência de 'Estado Penal'

Marisa Feffermann

Observa-se, hoje, a exigência de uma sociedade aterrorizada por um rigor punitivo a traduzir-se em penas severas para os transgressores e na criminalização generalizada de condutas. A filosofia do controle da ordem pública atual pressupõe a distribuição da justiça como uma questão atinente à repressão de crimes, não como prevenção da violência e oferta efetiva de segurança, atacando-se, através de mecanismos ideológicos, todos aqueles que se mostrem capazes de apontar as falhas do sistema. As condições objetivas são desconsideradas, voltando-se todas as energias contra quem possa representar uma ameaça.

Assim, qualquer atitude que perturbe a manutenção da ordem estabelecida deve ser extirpada com autoridade. Entenda-se esse poder autoritário como a capacidade de se impor, pela força, no combate à violência. Já o fracasso das políticas públicas que deveriam ser executadas pelo Estado não é considerado como indutor de violência. Tal cenário não se apresenta promissor às crianças e adolescentes que fazem parte dos segmentos da população mais afetados pela desi-

gualdade social, pelas políticas de ajuste econômico neoliberais e pela falta de efetividade das políticas sociais; portanto, os efeitos da violência agudizam-se, capturando-os.

Isto pode ser exemplificado com o projeto de lei que dispõe sobre o recolhimento e internação compulsória da população com trajetória de vida nas ruas, em especial de crianças e adolescentes usuários de crack. Segundo a proposta legislativa em trâmite na Câmara dos Deputados, a internação dar-se-á independente de autorização da família, a qual será apenas notificada sobre o local para onde fora encaminhada a criança ou o adolescente, dando-se a abordagem, primordialmente, com a presença da polícia.

Referido projeto de lei suscita algumas questões cruciais: Onde estão assegurados os direitos destas crianças e adolescentes? A quem interessa ocultá-las, tornando-as invisíveis aos olhos da sociedade? Com o afastamento dessa população do convívio social, o problema das drogas estará resolvido ou simplesmente terá retardada a sua resolução, agudizando-o?

Na perspectiva jurídica, a proposta legislativa fere o direito constitucional de ir e vir e o direito

destas crianças e jovens de receberem proteção integral com prioridade absoluta, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, que privilegia o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, bem como o princípio da autonomia da vontade.

A medida sob análise busca resolver, de forma imediatista e com uma abordagem reducionista, questão complexa, já que deve ser contextualizada na ampla garantia de direitos à cidadania. Mascara a realidade social, atribuindo a problemática destas crianças e adolescentes às drogas, olvidando-se que a maioria dos usuários vive em situação de extrema vulnerabilidade, fruto da enorme desigualdade social e da falta de acesso a direitos sociais básicos, como educação, saúde e assistência social.

Muitos usam a droga e tornam-se dependentes como forma de poder sobreviver às adversidades da sua condição de vida. Sabe-se, no entanto, que medidas punitivas e segregadoras não serão capazes de reverter a realidade. Aliás, é marcado historicamente o descaso com a população infanto-juvenil marginalizada, composta em sua maioria por pobres e negros, que desde muito cedo vivenciam o preconceito em seu cotidiano.

A medida higienista, além de conflitar com as garantias constitucionais e legais, denota uma atitude discriminadora que traz à tona um outro ponto primordial: a maneira como a questão das drogas foi e é tratada transforma o usuário em criminoso, punindo-o, com desconsideração dos verdadeiros responsáveis pela manutenção e expansão da indústria do tráfico de drogas e armas. Assim, demoniza-se o dependente para não se enfrentar o verdadeiro problema.

Ademais, a medida em comento desconsidera a luta-antimanicomial e os vários estudos decorrentes, que apontam para a ineficácia da segregação em hospitais psiquiátricos, que, na verdade, constituíam-se em produtores de estigma e violência, ou seja, na morte da subjetividade, evidenciando que o modelo asilar é fator de agravamento e cronificação de transtornos mentais, e que a internação deveria ser acionada como último recurso.

A Lei da Reforma Psiquiátrica aponta para a prerrogativa da internação compulsória que, no entanto, deve ser eletiva e determinada por mandado judicial, a partir de laudo médico. Para o

continua na próxima página

continuação da  
página anterior

atendimento desses casos, impõe-se a criação de uma rede de serviços de saúde pública (direta ou indireta) que desenvolva, de forma eficaz, a atenção aos dependentes de drogas. Cabe ressaltar que sem uma rede de proteção e apoio o problema não será resolvido, pois, após a internação, a criança e/ou adolescente voltará à situação anterior. Faz-se necessário, portanto, um projeto terapêutico que estabeleça uma relação de confiança entre esses sujeitos e suas famílias. Acrescenta-se, por oportuno, que a internação compulsória pode provocar um efeito de resistência ao tratamento e casos de reinci-

dência, por desconsiderar o indivíduo em seu meio de convívio.

O tratamento repressivo e a abordagem violadora de direitos criminalizam usuários de drogas infantojuvenis, transformando um grave problema de saúde pública em um caso de polícia. Cabe, portanto, ao Poder Público atuar em conjunto com a sociedade civil na implementação dos direitos contemplados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em benefício dessa população marginalizada.

Com relação aos investimentos destinados à implantação de políticas públicas intersetoriais (saúde, educação e assistência

social), cabe lembrar que, especificamente no caso das drogas, há que se investir em políticas de prevenção, educação e tratamento da saúde através de redes assistenciais mais atentas às desigualdades existentes e à adequação das ações às necessidades da população, de forma equânime e democrática.

Devemos, porém, ficar atentos para não "medicalizar" um problema social. Medidas totalitárias entorpecem pelo alívio imediato, produzindo um efeito fugidivo e etéreo da realidade, a qual ressurgirá com força avassaladora, impelindo-nos à tomada de posição contra uma situação que beira a barbárie. Urge um olhar para as crianças e adolescentes

objeto deste artigo, como sujeitos produtores de sua história. É imperativo desvendar a realidade e não compactuar com atitudes criminalizadoras.

*Marisa Feffermann é doutora em psicologia e pesquisadora do Instituto da Saúde.*

**Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.**

## FALA COMUNIDADE

# Aos alunos da FEA, à reitoria e à Fundação São Paulo

Os estudantes da FEA, aqui representados pela Associação de Alunos do Centro Acadêmico Leão XIII, emitem essa carta de indignação e repúdio à desorganização administrativa do sistema SAE/PUC-SP e da ineficiência de controle e regulação da reitoria. Sendo assim, os alunos se uniram contra os abusos que estão sendo realizados pela administração FUNDASP/PUC-SP, que se caracterizam por:

1. Fechamento de turmas uma semana antes do início das aulas;
2. O fato de não haver sequer um fluxo de informação que esclareça quais

turmas foram fechadas;

3. Não ter um documento encaminhado ao coordenador de curso e nem ao chefe de departamento informando sobre as turmas fechadas;

4. A falta de um responsável por informar e realocar os alunos que perderam sua matrícula e que terão que refazer a sua grade horária;

5. O fechamento de turmas relativas à disciplina que são direito do aluno e são exclusivamente oferecidas apenas em determinado período;

6. O fechamento de turmas ainda do currículo velho, a que o aluno ainda tem direito, e obrigá-lo a pagar mais para

fazer a disciplina equivalente no currículo novo;

7. A desorganização administrativa da PUC-SP e com isso ocasionando a perda de alunos. O Centro Acadêmico tem ouvido e registrado inúmeras reclamações por parte de alunos. No curso de Economia, fica claro que começamos a perder alunos que entraram via vestibular mesmo em 2010 (um ano atrás) e os problemas de reclamação se centralizam especialmente na SAE (Secretaria de Atendimento ao Estudante), secretaria unificada de todos os cursos que não compreende a realidade de cada graduação;

8. O Centro Acadêmi-

co Leão XIII, os alunos dos cursos de Economia, Administração, Ciências Contábeis e Ciências Atuariais, da FEA e todos os prejudicados pela má administração da universidade, gostaríamos que se reavaliasse se esse sistema atual é eficiente e que seja evitado esse tipo de transtorno por conta de fatores financeiros, burocráticos e administrativos em geral;

9. E exigimos a reabertura das turmas que o departamento julgar necessária para o bom funcionamento do curso.

Gestão 2012 - Nação Feana.  
Associação de alunos Centro Acadêmico Leão XIII

## FALA COMUNIDADE

# A propriedade como função social e meio ambiente

*Maria Clara Loureiro  
Pinheiro Furlan*

Este artigo tem como referencial teórico o trabalho de Elaine Cristina Francisco sob o título *Os Mitos e a Propriedade Privada da Terra*, publicado na revista *em tempo*, Vol. 07., e busca explicação da realidade sobre a propriedade estudando os mitos criados pela sociedade. Traz pontos de extrema relevância no que tange às questões ambientais e credita ao Estado, com seus instrumentos legais, as garantias à propriedade de forma absoluta, mas não consegue alcançar resultados satisfatórios, sugerindo que a propriedade tenha cada vez mais uma função social.

Não se pode negar que, de fato, as ações de real violência contra a natureza cometidas pelo ser humano vêm provocando perdas muito grandes ao meio ambiente. Tanto na biodiversidade em si, quanto nas paisagens, sistemas e em quase todos os campos da vida humana, já que é da natureza que tiramos tudo o que necessitamos para desempenharmos nossas funções básicas. Porém alegar que a transferência dessas atividades para o governo seja uma solução é muita ingenuidade, tendo em vista o número de atribuições que este possui e a reconhecida incapacidade de atuação em muitos cam-

pos, considerando sua capacidade organizativa. Principalmente no campo relacionado ao agronegócio, principal atividade econômica brasileira e internacionalmente conhecida pela falta de apoio que recebe do governo, que disponibiliza poucos incentivos ao produtor, mostrando que ainda não aprendeu a priorizar o que deve da forma correta.

Neste sentido, o ideal a

ter uma noção, na região Centro-Oeste há divisões de tipos de áreas (produtiva, improdutiva, de preservação permanente etc.) e para cada uma há um código de normas a ser respeitado. Essas normas são devidamente acompanhadas e a "prestação de contas" ao governo é constante sob pena de multa e em alguns casos, até perda da propriedade.

A transferência mesmo

produtor tem interesse em preservar a terra das melhores formas possíveis, seguindo a legislação a fim de não perdê-la ou ter maiores prejuízos) e as cometidas em reservas naturais teoricamente "protegidas" pelo Estado.

Ultimamente no Brasil se observa a privatização de empresas, aeroportos, estradas e sua consequente melhora no padrão de qualidade em decorrência das mesmas, até que ponto "transferir" as propriedades ao governo brasileiro, reconhecidamente inapto para realizar, por exemplo, a reforma agrária, é sinônimo de torná-las dinâmicas. O melhor caminho é considerar a propriedade como função social e a responsabilidade pela preservação do meio ambiente passa a ser de todos.

Conclui-se, portanto, que o caminho a seguir é o aumento da fiscalização das regras já existentes bem como das futuras a serem criadas e a manutenção da propriedade subjetiva, limitando a atuação direta do Estado como "dono" da terra e garantindo assim, sua maior produtividade, preservação e sustentabilidade.

*Não se pode negar que, de fato, as ações de real violência contra a natureza cometidas pelo ser humano vêm provocando perdas muito grandes ao meio ambiente. Tanto na biodiversidade em si, quanto nas paisagens, sistemas e em quase todos os campos da vida humana, já que é da natureza que tiramos tudo o que necessitamos para desempenharmos nossas funções básicas.*

ser feito é, através da legislação, impor mais regras aos proprietários da terra e, junto a isto, aumentar a fiscalização (sem desvios) do cumprimento dessas normas nessas áreas. Atualmente, por exemplo, são muitos os órgãos que já desempenham esse trabalho (Ibama, Secretarias Estaduais do Meio Ambiente, Incra, Iagro etc.). Para se

que parcial da terra ao governo e a "dês-subjetivação" da mesma seria um contra-senso frente ao que acontece atualmente no Brasil. Outro exemplo claro disto é a comparação entre os níveis de desmatamento, incêndios e outros tipos de irregularidades cometidas contra o meio ambiente em propriedades rurais privadas (nas quais o

*Maria Clara Loureiro Pinheiro Furlan é aluna do 2º ano da Faculdade de Direito da PUC-SP. O artigo foi produzido a partir das aulas do Professor Lafayette Pozzoli*

## MOVIMENTOS SOCIAIS

# Entidades organizam ato contra racismo

Todos os dias a mídia está recheada de notícias de assassinatos de jovens e negros da periferia. O racismo tem se mostrado cada dia mais presente em um país onde se diz que ele não existe. Cracolândia, USP ou Pinheirinho, todos fazem parte de uma política pública de extermínio.

"Este é um país onde ser negro e pobre é passível de 'punição', prisão e morte. No entanto, nada

acontece com o colégio que discriminou nem com o restaurante que humilhou nem com o delegado que prendeu sem provas ou com o PM que atacou o estudante. Muito menos com quem ateou fogo ao Moinho, decidiu 'dedetizar a luz', tratando gente como ratos, ou esteve à frente da tropa que invadiu o Pinheirinho", diz o manifesto organizado por diversas entidades populares e do

movimento negro.

Para denunciar essas ações, movimentos sociais como a UNEafro e o Tribunal Popular, com apoio da APROPUC, organizaram a Marcha Contra o Racismo - a higienização sócio racial e a criminalização da pobreza, que ocorreu no sábado, dia 11/2, e uma aula pública, na quinta-feira, 9/2, nas escadarias do Teatro Municipal, seguida de ato público.

## Fundação Seade demite quatro estagiários após protestos contra Alckmin

Quatro estagiários foram demitidos da Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados) no último dia 30/1, após se manifestarem contra o governador Geraldo Alckmin (PSDB) por conta da ação do político durante o processo de reintegração de posse no Pinheirinho.

O protesto aconteceu durante a visita do governador ao órgão, que é vinculado à Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional de São Paulo, no último dia 26/1. Os demitidos afirmaram que cerca de 10 pessoas protestaram espontaneamente quando viram o governador entrar no local.

A Fundação Seade afirmou em nota que "as decisões foram tomadas com base no campo estritamente administrativo" e que "o fato de qualquer transeunte ser ofendido por pessoa ligada à Fundação, a partir de suas dependências, é motivo de desligamento". O órgão, no entanto, não explicou qual critério utilizado para demitir quatro, e não todos os manifestantes.

Os estudantes, por sua vez, afirmam que houve perseguição política por parte do governo do estado. Dois dos demitidos estavam entre os 73 estudantes presos durante a desocupação da reitoria da USP no final de 2011. Eles acreditam que esse tenha sido este um dos motivos da demissão.

## Decisão judicial sobre terra Guarani Kaiowá no MS é adiada

Desde a sua retomada, em 2007, a aldeia Laranjeira Nhanderu, localizada no município de Rio Brillante, no Mato Grosso do Sul, já foi despejada três vezes de seu território originário e agora está com nova ordem judicial acionada. Com a justificativa de que a Fundação Nacional do Índio (Funai) não apresentou o relatório de identificação da terra indígena Laranjeira Nhanderu, cerca de 170 guarani-kaiowá, dos quais 100 crianças e 30 idosos, correm o risco de voltar para a beira da estrada, submetidos a péssimas condições de vida.

Logo após o término da Expedição Marco Verón, que visitou sete aldeias no estado para apurar os casos de violação aos direitos humanos, no dia 26/1, policiais federais entregaram a ordem de reintegração de posse, determinando prazo de 15 dias para que a aldeia, localizada no interior da Fazenda Santo Antônio, grande produtora de soja e cana da região, fosse desocupada.

Na última segunda-fei-

ra, 6/2, um grupo de indígenas representantes da aldeia viajou até São Paulo para acompanhar o julgamento que agora pede a suspensão do despejo, no Tribunal Regional Federal 3ª Região. Porém, após o voto favorável aos indígenas da relatora do processo, juíza Louise Filgueiras, o presidente da sessão pediu vistas do processo e encerrou o julgamento alegando a necessidade de maior esclarecimento sobre o caso. A decisão foi adiada e ainda não tem data para ocorrer.

Apesar da aldeia ter re-

cebido o primeiro voto favorável e ter ganhado algum tempo até o julgamento ser remarcado, indígenas, movimentos sociais, militantes e profissionais que vêm acompanhando o caso permanecem em alerta. A expectativa é que o laudo técnico da terra indígena saia neste período. Assim como afirmou a Filgueiras: "Não é demasiado dizer que a única solução justa e definitiva para esse caso passa necessariamente pela finalização dessa perícia. Todas as demais soluções serão paliativas".



Representantes da aldeia Laranjeira Nhanderu viajam a São Paulo para acompanhar decisão sobre suas terras

# ROLA NA RAMPA

## Estudantes realizarão ato por mais bolsas

Além do fechamento de diversas turmas, o aumento das mensalidades também já movimentou a PUC-SP. Com 10% de aumento, os estudantes iniciam o ano de 2012 protestando por um maior número de bolsas institucionais. "Esse aumento na prática significa que a PUC-SP fecha suas portas para cerca de 90% da população brasileira que não pode pagar esses valores abusivos", dizem os estudantes em panfleto dis-

tribuído massivamente pela universidade. Na quarta-feira, 15/2, às 18h30, com concentração na Prainha, estudantes de diversos CAs, e grupos, convidam a comunidade puquiense para participar de um ato. Vale lembrar que após a ocupação da reitoria em 2010, os estudantes conseguiram 100 bolsas institucionais integrais, subsídio de R\$ 3,00 no preço do ban-dejão pela FUNDASP, entre outras conquistas.

## Campanha nacional contra o trote opressor

Entendendo que as práticas opressoras, o machismo, a homofobia vêm se perpetuando também nas calouradas, a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos), entidade representativa dos estudantes de Comunicação Social, está realizando uma campanha nacional contra o trote opressor. A campanha tem como objetivo conscientizar tanto calouros como veteranos de que as práticas realizadas durante a semana de recepção na universidade não devem ser baseadas em hierarquia ou humilhação. O chamado "rito de passagem" se dará através da vivência univer-



sitária e na mudança no cotidiano. Os materiais da campanha – cartaz, panfleto e arte para adesivo – estão disponíveis em [www.enecos.org](http://www.enecos.org).

## Celebração Eucarística de início do ano acadêmico

A reitoria, pró-reitoria de Cultura e Relações Comunitárias e a Coordenadoria de Pastoral Universitária convida calouros, veteranos, familiares, parentes,

amigos e funcionários para a missa de início do ano acadêmico da PUC-SP, na quarta-feira, 15/2, às 12h, na Capela da PUC-SP, no Campus Monte Alegre.

## Abertas as inscrições para curso de inglês oral

Estão abertas as inscrições para o curso "Inglês Oral" da COGEAE/PUC-SP, que tem como foco principal a fala e a compreensão oral da língua inglesa. O curso é composto por um nível introdutório (para iniciantes) e outros 10 níveis,

além da Conversação Avançada. As matrículas estão abertas e haverá um teste de colocação por competência comunicativa no dia 25/2 às 10h na unidade Consolação da COGEAE. Mais informações pelo telefone 3124-9600.

## Conselho Superior aprova orçamento para 2012

Durante as férias de janeiro o Conselho Superior da Fundação São Paulo aprovou o orçamento para este ano. Diferentemente do texto aprovado pelo Con-

sun, o Conselho modificou a proposta incluindo um reajuste de 10% para os estudantes, para que o orçamento não apresentasse déficit.

## Rede organiza campanha de doação de alimentos e roupas

A Rede de Proteção aos Militantes Ameaçados de Morte está organizando uma campanha para recolher roupas e alimentos não perecíveis para os ameaçados de morte, e para os moradores do Pinheirinho, que estão passando gran-

de dificuldade nos abrigos improvisados pela prefeitura de São José dos Campos. A maioria das pessoas perdeu tudo na desapropriação violenta do terreno. As doações devem ser feitas na sede APROPUC, que fica na Rua Bartira, 407.

## Exposição 20 anos do Museu da Cultura

Escondido nos limites da Faculdade de Ciências Sociais, o Museu da Cultura da PUC-SP completou em novembro de 2011, 20 anos de existência. Para marcar a data, uma exposição no próprio museu ocorreu entre os dias 10/11 e 9/12, com fotos e obras que lembraram os 20 anos de atividade do Museu. Com o sucesso que obteve, uma remontagem foi realizada e estará aberta de 7/2 a 9/3, de segunda à sexta, das 14h às 19h. Para aqueles que quiserem conhecer, o espaço fica no Prédio Velho, no andar do Pátio da Cruz.

## Professora conquista direito a medicamento

O departamento jurídico da APROPUC conquistou uma liminar na justiça contra a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo que garante o direito para que uma professora da PUC-SP receba gratuitamente, por tempo indeterminado e de maneira ininterrupta, um remédio para doença de Chron. O medicamento, que é um dos mais caros para o tratamento desta patologia, vinha sendo negado sistematicamente pelo SUS. Vale frisar que todo associado pode utilizar o departamento jurídico da APROPUC.